



PSD p.7

Realidade contrária “discurso pessimista e derrotista” do PS



PSD p.5

Convenção Distrital do PSD de Setúbal analisa ambiente e turismo

POVO LIVRE

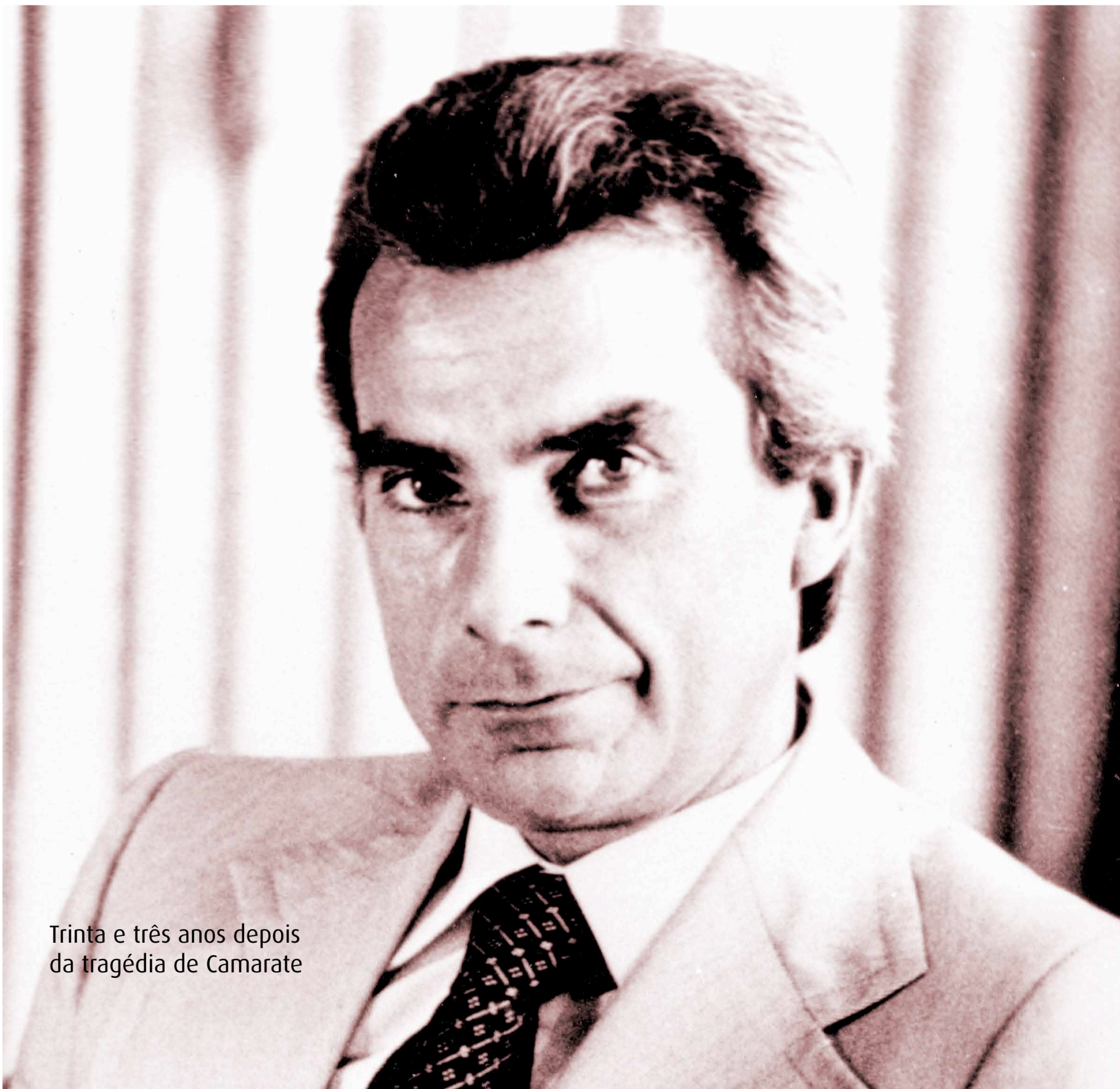


nº 1807

4 de Dezembro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Não está entre nós, mas não será esquecido”



Trinta e três anos depois
da tragédia de Camarate

No 33º aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro

“Não está entre nós, mas não será esquecido”

Francisco Sá Carneiro faleceu na noite de 4 de Dezembro de 1980, faz hoje 33 anos, em circunstâncias bem conhecidas e reconhecidas unanimemente pelo Parlamento português como um atentado. Tal como o assassinio de Kennedy, a morte de Sá Carneiro é, para praticamente para todos os portugueses, um crime indubitável.

Se os autores do atentado o queriam como alvo primário, há porém quem pense que o alvo real era Amaro da Costa, prestes a revelar actividades criminosas ligadas ao estelionato sobre o “saco azul” do Imposto Extraordinário para a Defesa do Ultramar e sobre o tráfico de armas e munições para o Médio Oriente. Esta segunda hipótese é reforçada, para alguns investigadores, pelo facto de Sá Carneiro ter decidido acompanhar Amaro da Costa apenas a muito pouco tempo da partida, pois Conceição Monteiro tinha recebido, antes, instruções para marcar passagens num voo comercial. Mas por outro lado, a intervenção que Sá Carneiro se preparava para fazer, no Porto, poderia – nunca o saberemos! – mudar o sentido do resultado das eleições presidenciais; e também nunca saberemos, embora possamos especular sobre o assunto, como seria Portugal, hoje, se tal viragem presidencial tivesse acontecido!

O que sabemos, com certeza, é que nada seria como hoje!

Francisco Sá Carneiro, como personalidade e como político, era um homem de extremos: ou amado ou odiado. No entanto, era universalmente admirado, mesmo pelos seus adversários. A sua curta vida (1934-1980) foi marcada por uma vertigem de acção, que não se conformava com a tradicional lentidão dos hábitos políticos portugueses. “Era um voluntarista. Talvez tenha tido demasiada pressa. Mas, atendendo aos vagares actuais, o que na altura parecia um defeito hoje parece uma grande virtude”, observou um destacado político, seu opositor ideológico.

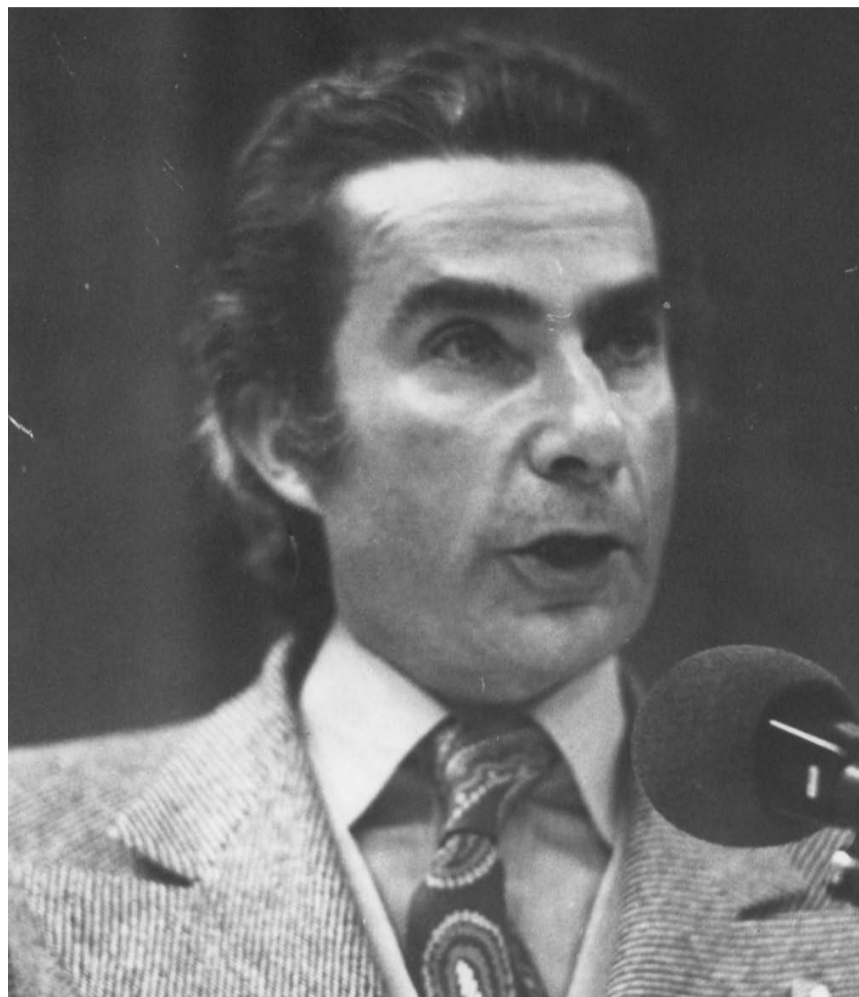
Vasco Pulido Valente, que também o conheceu bem, definiu Sá Carneiro como «... um revolucionário incapaz de complacência, impaciente com os males do Mundo. Ele era essa raridade: um verdadeiro herói do nosso tempo!».

Desde abalar o regime de Caetano, até à luta sem quartel contra o lado irracional da maré revolucionária e a destruição dos valores e estruturas que a democracia deveria colocar ao serviço da Nação, Sá Carneiro nunca se resignou a um Portugal polarizado entre a direita conservadora e o marxismo; e teimou em edificar uma terceira via, moderada, reformista, liberalizante. A doutrina social da Igreja e os regimes escandinavos serviam-lhe de modelo. Mas foi sobretudo e acima de tudo, um homem de acção. E assim continua a ser lembrado.

Disse um dia: “Recuso-me a admitir que, ao contrário de outros povos, não possamos ser capazes de conciliar a liberdade com a ordem, o progresso com a segurança, o desenvolvimento com a justiça.” Era todo um programa de acção, a que se manteve fiel até ao fim da vida e que, neste momento crucial da nossa História, tem uma absoluta actualidade e deve fazer-nos pensar e agir, a todos!

Maria João Avelaz, que o acompanhou na campanha presidencial de 1980, retém a imagem de um homem a viver em cima (e às vezes, para além) dos seus próprios limites, em permanente corrida contra o tempo. Como se soubesse que o fim estava próximo.

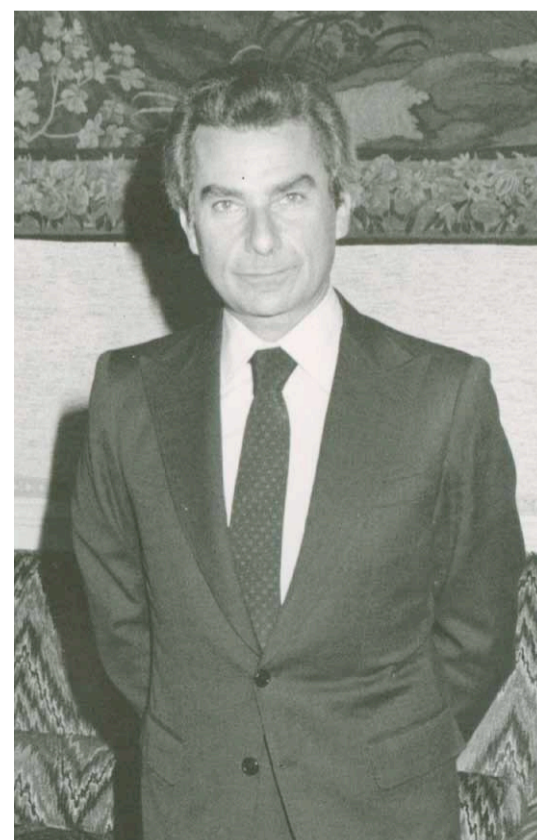
O constitucionalista Vieira de Andrade evoca uma frase que ele lhe disse nove dias antes de morrer e que ouvi, recorde e repito, ano após ano: “Sempre que se acende uma luz, cria-se uma sombra.” A frase podia servir de epitáfio a Francisco Sá Carneiro: ela traduz o destino de todos quantos deixam um rasto profundo e indelével! - Povo Livre



Sessão evocativa e Missa na Basílica

O Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, Passos Coelho, participa hoje no Parlamento, numa Sessão evocativa de Sá Carneiro e Amaro da Costa, 33 anos após o atentado que vitimou o Primeiro-Ministro e fundador do PSD, bem como o seu ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, do CDS, na altura considerado um dos mais válidos elementos da coligação AD.

Também cumprindo a tradição, será celebrada missa na Basílica da Estrela, a que devem comparecer, além do presidente do PSD, do Secretário-Geral e do Coordenador Permanente da CPN, algumas das figuras de maior destaque da vida pública nacional.- Audiovisuais



Primeiro-Ministro evoca 1º Dezembro na entrega de prémios a associações juvenis

No passado dia 1, o Primeiro-Ministro comemorou o dia da Restauração, com uma entrega de prémios a associações juvenis.

“Eu não vou propriamente fazer-vos um discurso, julgo que não seria apropriado, mas gostaria de destacar dois ou três aspectos mais relevantes num dia como este, em que, de certa maneira, nós conciliamos a evocação de uma data tão importante, tão relevante como o 1.º de Dezembro, com o associativismo juvenil”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O primeiro-ministro acabou, contudo, por falar cerca de 25 minutos, no Instituto Português de Juventude e Desporto, no Palácio Foz, na Praça dos Restauradores, em Lisboa, numa cerimónia de entrega dos prémios “Boas Práticas Associativas” cerimónia que teve início às 11:30 e se prolongou até às 13:00.

O Primeiro-Ministro também considerou que os jovens portugueses são uma grande esperança para a transformação da economia portuguesa e que a sua qualificação será crítica para o fim da actual crise e para evitar novas crises.

“Todos os portugueses têm sido convocados para este esforço imenso. Eu julgo que os jovens são, em qualquer caso, aqueles que podem dar maior profundidade a esta luta muito grande que estamos a travar para evitar que estas situações se repitam no futuro. E realmente, nós temos hoje uma geração de jovens muito mais qualificados do que alguma vez tivemos na nossa história”, afirmou Pedro Passos Coelho, na cerimónia de entrega dos prémios do Instituto Português de Juventude e Desporto a associações juvenis, no Palácio Foz, em Lisboa.

A este propósito, o chefe do executivo PSD/CDS-PP lamentou que muitos jovens portugueses tenham de emigrar para se realizarem profissionalmente: “Por isso nos dói tanto que, entre aqueles que hoje são mais desenvolvidos e evoluídos do ponto de vista do conhecimento que adquiriram em termos académicos, muitos deles tenham de escolher outras paragens para poderem aceder ou aos seus estágios ou à sua realização profissional”.

“Tendo nós esta geração tão qualificada, objectivamente, depositamos nela uma grande esperança para que as transformações no tecido social e económico que precisamos de fazer possam ser mais e mais profundas do que aquelas que fizemos no passado. E, portanto, todo o investimento que foi feito em torno das políticas da juventude mais voltadas para as qualificações, para a educação serão críticas para superarmos de forma mais duradoura a crise que estamos a viver”, concluiu.

“Estamos hoje mais qualificados para poder reinventar o nosso futuro e evitar que novas crises possam vir a ocorrer”, reforçou.

O Primeiro-Ministro deixou aos jovens uma mensagem de esperança na superação da actual crise, mas advertiu que o futuro não será cheio de facilidades, antes pelo contrário. No seu entender, “as gerações mais jovens, hoje, sabem que para poderem alcançar os mesmos níveis de realização e de prosperidade que os seus pais e avós, terão de esforçar-se muito mais”.

“Isso hoje é inequívoco. Desse ponto de vista, não houve um bom balanceamento, um bom equilíbrio entre aquilo que foram os meios usados no passado para a realização e para o progresso social e aqueles que nós deixamos para os mais jovens no futuro. Por causa da nossa demografia, que tem vindo a decair e dados os elevados compromissos que do passado transitam para os mais jovens e para futuro, nós sabemos que os próximos anos exigirão dos jovens e dos cidadãos nos próximos 20 anos, mais que a sociedade exigiu nos últimos 20”, sustentou.

Segundo Passos Coelho, é natural que os mais jovens “sintam uma angústia maior” perante as atuais circunstâncias do País, do que quem tem memória de crises passadas.



“Eu lembro-me bem de termos passado por tempos parecidos, não exactamente iguais, mas muito parecidos, 1983 e 1985, e ainda me lembro bem de termos passado ainda por problemas bastante delicados, parecidos com estes últimos em 1977 e 1978. De resto, ainda me lembro bem de pouco tempo depois de ter chegado de Angola era preciso acordar bem cedo, para ir para a fila arranjar leite para poder consumir em nossa casa - havia racionamento de alguns produtos essenciais”, referiu.

Mesmo em frente, nos Restauradores, à mesma hora, decorriam as comemorações do Dia da Restauração da Independência habitualmente promovidas pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal e pela Câmara Municipal de Lisboa e o som dessas cerimónias fez-se ouvir, por vezes, no Palácio Foz, sobretudo quando tocou o hino nacional.

No final da sua intervenção, Pedro Passos Coelho voltou a referir-se ao 1.º de Dezembro, que este ano pela primeira vez não é dia feriado nacional, após defender que o fim do endividamento deve ser ponto assente no debate político.

“Deixaremos o debate político ideológico, para as escolhas que temos de fazer de entre aquilo que está à nossa disponibilidade escolher, mas sem comprometer negativamente o futuro das novas gerações”, declarou.

“Este é o aspecto que eu acho que é mais importante realçar num dia como é o de hoje, em que se assinala também, apesar de não ser feriado, a Restauração da independência de Portugal, e em que se projecta o nosso futuro numa Europa de que fazemos parte e num mundo global de que participamos também”, afirmou o chefe do Executivo a terminar – Fonte: Lusa.



A solidariedade do Governo para com as vítimas da queda do avião moçambicano



O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, apresentou, no dia 30, “toda a solidariedade” às famílias das vítimas do acidente das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), na Namíbia, assegurando que as autoridades portuguesas prestarão “toda a assistência possível” às famílias dos sete portugueses que se contam (até agora) na lista das vítimas e solidarizando-se, simultaneamente, com as autoridades e o povo moçambicano.

“Neste momento difícil quero apresentar a expressão de toda a minha solidariedade às famílias das vítimas e às autoridades moçambicanas. As autoridades portuguesas vão continuar a acompanhar a situação com vista a apurar o que se passou e também para prestar toda a assistência possível às famílias afectadas por este trágico acontecimento”, escreveu o PM português, numa nota do seu gabinete, enviada também à agência Lusa.

Manifestando “profundo pesar” pelo ocorrido, Passos Coelho diz ter sido, “até ao momento”, apurado pelos “serviços diplomáticos e consulares nacionais” que a bordo do avião acidentado “seguiram sete cidadãos portugueses, para além de cidadãos moçambicanos e angolanos e de outras nacionalidades”.

Segundo o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, sete cidadãos portugueses seguiam a bordo do avião que se despenhou no norte da Namíbia, quando fazia a ligação, na sexta-feira entre Maputo e Luanda.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros português revelou, em comunicado, que já foram contactados os familiares de quatro dos portugueses que viajavam no voo TM470, entre Maputo e Luanda, em ‘code share’ com a angolana TAAG.

O avião, que transportava 27 passageiros e seis tripulantes, foi encontrado hoje carbonizado no Parque Nacional de Nwabwata, no norte da Namíbia, não existindo sobreviventes.

Além dos cidadãos portugueses e dos seis tripulantes, no avião seguiam, segundo a LAM, passageiros de nacionalidade moçambicana, angolana, francesa, brasileira e chinesa. – Fonte: Lusa

Comissão Parlamentar de Inquérito às circunstâncias da morte de Sá Carneiro

Comissão Parlamentar de Inquérito à tragédia de Camarate (vamos na 10ª) decidiram suspender os trabalhos até ao próximo ano, devido aos poucos dias que faltam de trabalho e às diversas diligências que os parlamentares aguardam.

Faltando, pela lei, 29 dias para encerrar a comissão, e aguardando os deputados ainda diversas actas e um relatório da Inspeção Geral de Finanças (IGF), foi acordada a suspensão dos trabalhos para que estes sejam retomados quando novos elementos forem revelados.

Tal deverá suceder, disse à agência Lusa o presidente da comissão, José Matos Rosa (PSD), por alturas de Março de 2014.

A comissão visa averiguar, sem deixar “pontas soltas”, as “causas e circunstâncias em que, no dia 4 de Dezembro de 1980, ocorreu a morte do então Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, do ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa, dos seus acompanhantes”, do chefe de gabinete António Patrício Gouveia, e dois pilotos. – Fonte: Lusa

Convenção Distrital do PSD de Setúbal analisa ambiente e turismo

O presidente da Distrital do PSD em Setúbal, Pedro do Ó Ramos, destacou no sábado passado, a importância da concretização de medidas de coesão territorial, para que Portugal possa ser cada vez mais competitivo a nível internacional.

O deputado e dirigente social-democrata, considerou que o País ainda não atingiu uma dimensão importante ao nível de políticas de coesão territorial, algo que “só consegue ser alcançado com emprego e investimentos”.

Pedro do Ó Ramos, no âmbito da IV Convenção Social-Democrata do Distrito de Setúbal, dedicada ao Turismo e Ambiente, sublinhou a importância que os produtos regionais e a agricultura têm tido na promoção da região.

“É preciso continuar a apostar no que de melhor se faz no distrito, podendo assim captar investimento e criar riqueza para os vários concelhos”, realça.

Redução obrigatória das emissões de carbono

O secretário de estado do Ambiente, Paulo Lemos, destacou a preocupação com as alterações climáticas, sendo necessário continuar com a redução das emissões de carbono. “Este é um grande desafio ambiental”.

O governante lembrou a redução dos passivos ambientais no distrito de Setúbal, referindo os 30 milhões de euros investidos em vários concelhos, nomeadamente Barreiro (Quimiparque), Seixal (Siderurgia) e Santiago do Cacém (Santo André), garantindo a continuação de investimentos nestas áreas.

“Vamos preparar um programa para a economia verde, para a os vários agentes terem uma actuação mais favorável”, adiantou ainda.



Matos Rosa defende a mais-valia e identidade da marca “Portugal”

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, defendeu a necessidade da afirmação da marca Portugal, como um conjunto simbólico histórico, uma identidade.

“Portugal é um país com futuro. Temos património natural, arquitectónico, ambiental e gastronómico único”.

O social-democrata deu ainda como exemplo o facto de o turismo contribuir com mais de 9 por cento do PIB e com mais de 400 mil postos de trabalho directos, acrescentando ser imperativo implementar novas políticas no âmbito das eco-inovações e de uma economia limpa.

Bruno Vitorino e os “muros ideológicos”

O deputado e presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, criticou “os muros ideológicos” que separam a região do desenvolvimento. “Caminho tem que ser feito sem dogmas, nem fantasmas do passado. Aposto e visão estratégica que falta aos actores locais”.

Bruno Vitorino lembrou ainda a necessidade de concluir a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, tal como os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Setúbal tiveram a oportunidade de afirmar numa recomendação que apresentaram na



Assembleia da República e que foi aprovada.

“Este espaço terá que constituir uma oportunidade de desenvolvimento sustentável, de forma a conciliar a protecção da natureza com o desenvolvimento económico. Para atingir esse objectivo é necessário ouvir a população, haver diálogo”, refere.

Paulo Calado, presidente da concelhia do PSD de Setúbal, lamentou que o concelho esteja de “costas

voltadas para Tróia e que a sua promoção esqueça a cidade de Setúbal”.

“É importante fazer saber junto das entidades competentes que é preciso apostar no nosso distrito. Temos uma das mais belas baías do mundo. É preciso um conjunto de condições excepcionais para o distrito que tem que ser promovido com todas as sinergias”, considera.- Audiovisuais PSD

Assembleia Distrital de Santarém para esclarecimentos sobre o QREN



Decorreu no dia 2 de Dezembro, com a presença do Ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva e da deputada e dirigente do PSD, Teresa Leal Coelho, uma Assembleia Distrital em Santarém, integrada na série de reuniões deste tipo - tantas quantos os Distritos do Continente - destinados a explicar o Orçamento de Estado para 2014, as medidas previstas no QREN e a desejável evolução da economia e finanças portuguesas até 2020. Audiovisuais



Taxa de desemprego desce pelo sétimo mês consecutivo

A taxa de desemprego em Portugal desceu em Outubro, pelo sétimo mês consecutivo, para os 15,7%, de acordo com os dados divulgados sexta-feira, pelo Eurostat, que reviu em baixa os valores dos últimos meses.

Neste boletim, o gabinete oficial de estatísticas da União Europeia (Eurostat) reviu em baixa de meio ponto percentual (de 16,3% para 15,8%) a taxa de desemprego para Portugal em Setembro, tal como os valores para os meses de Julho e Agosto, de 16,5% para 16% e de 16,5% para 16,2%, respectivamente.

A taxa de desemprego em Portugal regista descidas consecutivas há sete meses: Abril (17,3%), Maio (17%), Junho (16,7%), Julho (16,2%), Agosto (16%), Setembro (15,8%) e Outubro (15,7%). - Fonte: INE

Realidade contraria “discurso pessimista e derrotista” do PS



O coordenador permanente da Comissão Política Nacional do PSD apelou “ao sentido de responsabilidade política que deve recair sobre todos os agentes partidários em Portugal”. “Lamentamos e temos muita pena que o PS se mantenha à margem desta discussão [sobre a estratégia nacional para o fomento da industrialização do país, do crescimento e do emprego] e que a única circunstância em que usa da palavra é sempre num discurso negativista, pessimista e derrotista relativamente ao país, mesmo quando a realidade contraria o discurso do PS, mesmo quando a realidade ultrapassa esse discurso”, declarou Marco António Costa, à saída de encontro com a Associação Empresarial de Portugal (AEP), no Porto, dia 28 de Novembro.

De acordo com o porta-voz do PSD, esta reunião serviu para “ouvir de viva voz” as preocupações da associação sobre o futuro quadro comunitário de apoio (2014-2020) e discutir “a estratégia nacional para o fomento da industrialização do país, do crescimento e do emprego”. Marco António anunciou que a partir de Janeiro de 2014, o PSD lançará um conjunto de iniciativas, “internas e externas, no sentido de realçar, abordar a estratégia nacional para o fomento industrial”.

“O PSD está a fazer o seu trabalho, ao reunir não só órgãos políticos e militantes, mas também ao fazer reuniões com agentes económicos e sociais do país. [...] Nós precisamos de olhar para o futuro”, disse, considerando que “o Orçamento do Estado para 2014 apresenta, pela primeira vez, uma perspectiva de crescimento económico e os portugueses estão numa fase em que emergem sinais de esperança muito significativos relativamente ao seu futuro, depois de dois anos e meio de muitos sacrifícios, de muitas dificuldades”. “Cabe-nos a nós, dirigentes políticos, focar em matérias que são estratégicas e determinantes para podermos olhar para esse futuro”.

Neste encontro, a delegação do PSD integrava ainda o deputado e líder da distrital do PSD/Porto, Vergílio Macedo, e o autarca de Oliveira de Azeméis, Hermínio Loureiro.

Matos Rosa esteve no Bombarral com militantes



No Bombarral, Matos Rosa preside a um “Colóquio Concelhio” de reflexão sobre o período 2007 a 2013 e sobre o que vai acontecer de 2014 a 2020, em matéria económica, financeira e social.

Parlamento aprova nova política dos solos

O Parlamento aprovou dia 29, com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS-PP, a proposta de Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, que a esquerda criticou, argumentando que o documento oferece “poucas garantias”. O diploma desce agora à Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

A apresentar a proposta ao parlamento, o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, reiterou que “é tempo de mudar, não porque a lei seja velha, mas porque o modelo de desenvolvimento terá de ser novo”. “Não podemos viver no paradigma da expansão urbana alimentada pelo crédito fácil e por expectativas ilusórias de valorização. Isso acabou. Impõe-se uma nova forma de planejar. Temos de estabelecer, para o nosso território, políticas estáveis que criem condições de investimento, de competitividade, de coesão e de qualidade de vida”, disse.

Jorge Moreira da Silva elencou depois as “principais inovações” desta lei. O documento, enumerou, “clarifica o regime do solo”, que passa agora a ser classificado apenas em duas classes – solo rústico ou urbano – (desaparece a classificação de solo urbanizável), “limitando assim a existência de terrenos expectantes”; faz com que os Planos Directores Municipais (PDM) passem a “concentrar todas as regras vinculativas dos particulares” e, assim, “o cidadão e o investidor passam a ter de conhecer um e um só plano – o PDM – que, por sua vez, terá de reunir e integrar as regras dispersas numa longa lista de planos e programas regionais, sectoriais e especiais inter-relacionados”.

Os municípios “dispõem de um prazo de três anos, após a entrada em vigor desta Lei de Bases, para integrar as referidas regras dispersas por vários planos e programas”.

Aqueles que não cumprirem esse prazo, alertou, verão suspensas “as normas do respectivo plano territorial municipal”, bem como “a possibilidade de candidaturas de projectos dos municípios a benefícios ou subsídios públicos nacionais ou comunitários”.

Jorge Moreira da Silva afirmou ainda que esta lei “reforça, a níveis inéditos, a cooperação intermunicipal”, confere “maior flexibilidade no planeamento territorial”, e dá aos municípios “novos instrumentos de gestão do território, tais como venda e o arrendamento forçados e a transferência de edificabilidade contribuindo para a regeneração e reabilitação urbanas”.

“A transformação do solo de rústico a urbano passará a ser regulada através de um novo sistema económico-financeiro, que a condiciona à demonstração de viabilidade económico-financeira, e esta lei cria também as condições para a valorização da biodiversidade e dos



eossistemas, e assume uma aposta na reabilitação urbana”, acrescentou.

O ministro destacou ainda, concluindo, que a lei “promove uma simplificação procedimental dos licenciamentos através da figura da mera comunicação prévia quando as condições de realização da operação urbanística se encontrem suficientemente definidas por plano de pormenor, por loteamento ou no âmbito de áreas urbanas consolidadas”.

“O que está em causa é uma verdadeira alteração de paradigma: da expansão urbana para a contenção dos perímetros urbanos; do enfoque na habitação própria para a dinamização do arrendamento urbano; da nova construção para a reabilitação urbana; das fronteiras municipais para a gestão integrada das

infra-estruturas”, concluiu.

O deputado do PSD, Carlos Abreu Amorim, manifestou a disponibilidade do PSD para acolher as propostas responsáveis dos deputados da oposição. No encerramento do debate, Carlos Abreu Amorim enfatizou que estamos perante uma proposta “séria, construtiva e que inicia uma verdadeira reforma da organização e estruturação do solo em Portugal”.

Respondendo às críticas da oposição, o vice-presidente da bancada do PSD recordou que “uma lei de bases estabelece os vectores de parametricidade que serão depois desenvolvidos por outros diplomas legislativos. É exactamente isso que se trata, do pontapé de saída para uma reforma que irá transformar por completo e actualizar a lógica da utilização do solo em Portugal”.

Sustentabilidade da segurança social dá confiança a actuais e futuros pensionistas



No debate da proposta de lei do Governo que procede à primeira alteração à lei que aprova as bases gerais do sistema de segurança social, Adão Silva frisou que os Portugueses querem um sistema de pensões em Portugal sustentável, pois assegura às futuras gerações o direito às pensões. De acordo com Adão Silva, nos últimos 40 anos, tivemos um aumento da esperança média de vida de cerca de 10 anos e é preciso assumir que isso tem custos que se repercutem na sustentabilidade do sistema de segurança social.

Contudo, lembra o social-democrata, isso acontece em Portugal e acontece na Europa, que também se confronta com o aumento da esperança média de vida e com este problema da sustentabilidade da segurança social. Nesse sentido, Adão Silva pediu ao ministro Pedro Mota Soares que trouxesse informação adicional sobre o que se passa ao nível da Europa.

“O governo regional não está a conseguir estancar o desemprego”



O PSD/Açores considera que o Governo Regional “falhou”, naquele que seria o principal desígnio da sua actuação, pois “não conseguiu estancar, como tinha prometido há um ano, um nível de desemprego já perfeitamente assustador. Com este governo, o problema tornou-se bastante mais trágico”, disse o deputado António Marinho.

Falando no início do debate sobre o Plano e Orçamento para 2014, o social-democrata frisou que, “há um ano havia cerca de 18600 desempregados e o governo não deu respostas a quem tinha de dar. Hoje, está criado um exército de desempregados na Região, envolvendo 21545 açorianos e uma taxa de desemprego de 17.7%, nunca antes alcançada”.

Segundo o deputado do PSD/Açores, estamos perante “um Governo Regional que não se cansa de publicitar medidas atrás de medidas para compensar os açorianos das “maldades” que consideram vir do Governo da República”, mas que “em relação ao desemprego bate máximos atrás de máximos, ao arrepio do que se passa nas outras regiões do país”.

“Por que razão o nível de desemprego aumentou nos Açores mas tem regredido paulatinamente em termos nacionais?”, questionou o parlamentar, lembrando que “os efeitos da austeridade, compensados pelo Governo Regional, que frequentemente disso faz propaganda, agravam por cá o que melhora por lá”.

“Há um ano, o “governo novo” queria dar uma “via nova” aos Açores, mas ficou-se pelas intenções. Ficou como os “governos velhos” e não mudou. Efectivamente, este Governo Regional fez que fez. Mas, na verdade, não fez”, afirmou o social-democrata.

Sobre a proposta de Plano e Orçamento para 2014, António Marinho considerou que “são documentos pouco ambiciosos, por força das circunstâncias. Porque são documentos de emergência, para acudir a quem passa por um mau bocado, em vez de visarem a criação de emprego que todos desejavam”.

“São documentos para regularizar o que ficou por pagar, numa longa e avultada lista de credores, nos quais prosseguem opções de desorçamentação, varrendo o endividamento para debaixo do tapete do sector público empresarial”, alertou. “Da parte do PSD/Açores já foram apresentadas propostas. Não os transformarão em documentos óptimos, mas podem torná-los mais justos em alguns domínios. São propostas que sinalizam outras opções, com outras soluções que consideramos melhores do que as apresentadas pelo Governo Regional”, concluiu António Marinho.

Cultura oficial nos Açores “desperdiça muito e anda pouco”

O PSD/Açores revelou que a política cultural do governo regional “gasta muito e anda pouco”. No debate do Plano e Orçamento para 2014, o deputado José Andrade criticou a “cultura política de gastar mais do que previsto e de não cumprir os prazos estabelecidos”, exemplificando com três “obras polémicas” nas três maiores cidades da Região.

Na Ribeira Grande, o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas “foi anunciado para 2010 mas só em maio de 2011 é que foi adjudicado”, referiu o deputado social-democrata. “Custava 12 milhões de euros e terminaria no primeiro semestre de 2013”, acrescentou, para concluir que “afinal não só ainda não está concluído como já sofreu uma derrapagem financeira de quase meio milhão de euros”.

Em Angra do Heroísmo, a nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional foi anunciada em 1997 “mas só foi iniciada em 2009, com 12 anos de atraso”, prosseguiu José Andrade. “Começou com um orçamento de 13 milhões de euros mas já registou cinco derrapagens financeiras, incluindo trabalhos a mais de quase dois milhões de euros”, acrescentou, “e como se não bastasse, a obra está estagnada, inacabada e degradada há mais de um ano”.

Em Ponta Delgada, o núcleo sede do Museu Carlos Machado no Convento de Santo André “está encerrado ao público há mais de 2500 dias para obras que, afinal, nem sequer se vão realizar”, denunciou ainda o deputado do PSD/Açores. “Pelo caminho, foram pagos prémios de 100 mil euros aos cinco concorrentes e o último projecto foi adjudicado por 40 mil euros para coisa nenhuma”, prosseguiu José Andrade, concluindo que “o governo está agora a gastar mais de 50.000 euros para remediar a degradação do edifício que resulta simplesmente do facto do governo o ter fechado há mais de sete anos”.

“Quando há tantas pessoas com tantas dificuldades, custa tanto assistir a tanto desperdício de tempo e dinheiro”, lamentou o deputado José Andrade a propósito do que considerou “uma política de mãos largas a passo de caracol”, numa intervenção em que abordou igualmente a diáspora açoriana e a comunicação social.

O parlamentar do PSD/Açores criticou o “desinvestimento incoerente” na política governamental para as comunidades açorianas, exemplificando com o programa de “Identidade Cultural” que tinha uma dotação orçamental de 800 mil euros há 15 anos, 900 mil euros há 10 anos e um milhão de euros há cinco anos “mas que caiu para 300 mil euros, com este governo, no Plano de 2013 e no Plano de 2014”. “Parece um problema de dupla personalidade”, explicou, porque “o governo que garante, no seu programa, que ‘reforçará a cooperação com as comunidades açorianas’ é o mesmo governo que regista, no seu plano, um desinvestimento de 70%”.

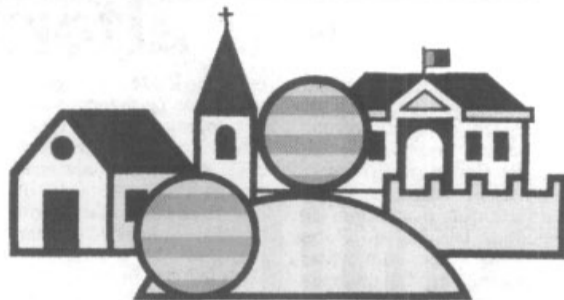
Dedicando uma atenção especial ao serviço público de rádio e televisão nos Açores, que classificou como “indispensável por ser estruturante e estratégico”, José Andrade considerou que “o modelo actual não satisfaz”. Por um lado, disse, “tem um constrangimento próprio da falta de autonomia de decisão administrativa e financeira que condiciona a capacidade de gestão operacional e, portanto, editorial”. Por outro, acrescentou, “sofre um desinvestimento responsável por instalações desadequadas, equipamentos desactualizados e profissionais desajustados”.

Para o deputado social-democrata, “é preciso refundar o serviço público audiovisual nos Açores”. Em primeiro lugar, “importa assumir a sua missão estratégica com canais próprios de rádio e de televisão que reúnem as ilhas, promovem a Região no todo nacional e projectam o arquipélago para as comunidades açorianas”, disse. Em segundo lugar, prosseguiu, “impõe-se garantir um modelo operacional que deve estar sediado nos Açores, ter estruturas modernizadas em S. Miguel, Terceira e Faial e contar com meios adequados nas outras seis ilhas”. Em terceiro lugar, “convém definir uma estrutura empresarial partilhada pelo Estado e pela Região, associada ao Grupo RTP, que considere como principal participação regional a Contribuição Audiovisual que já é cobrada nos Açores e que tenha capacidade de aproveitamento dos programas europeus para modernização dos seus meios técnicos”.





PRIMEIRO E DECISIVO PASSO PARA A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AUTARCAS SOCIAIS-DEMOCRATAS



O primeiro e decisivo passo para a criação da Associação Nacional de Autarcas Sociais-Democratas foi dado, em Coimbra, num encontro de quadros do PSD, presidido por António Capucho.

Participaram no encontro representantes eleitos pelas comissões políticas distritais do PSD, Fernando Amaral antigo titular do MAI, Fernando Nogueira, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Carlos Encarnação e Manuel Pereira, ex-secretários de Estado da Administração Interna e Regional e Local, José Alberto, pela JSD, e Duarte Lima, secretário nacional para as autarquias do PSD.

O secretário-geral do PSD disse que «é tradição das estruturas deste partido manter em relação aos órgãos nacionais uma atitude de íntima colaboração, sem prejuízo da respectiva autonomia».

À insinuação de que o novo órgão possa tornar-se o braço do partido, Antó-

nio Capucho esclareceu: «Não quisemos criar uma associação de cima para baixo e, por isso, só quando os autarcas se sentirem prontos a arrancar é que decidimos apoiar a iniciativa».

António Capucho espera que tal associação seja muito activa «e não só porque o PSD continua a ser o maior partido português no poder local».

Com os autarcas sociais-democratas associados desencadear-se-ão «vários processos legislativos que poderão reformular sensivelmente o enquadramento legal do modo de funcionamento das autarquias». Segundo o secretário-geral do PSD, «os autarcas têm uma palavra fundamental neste processo».

Duarte Lima referiu que a Associação Nacional de Autarcas Sociais-Democratas (ANASD) representará a concretização de deliberações tomadas nos 8.º e 9.º congressos do partido e fez questão de acentuar também que «aquilo que ao

PSD interessa é a dinamização de uma forma institucionalizada que permita a audição dos autarcas sociais-democratas em termos análogos aos de um parceiro social do partido».

Albano Pais de Sousa, anunciou a criação de duas comissões, uma encarregada de organizar o congresso de autarcas sociais-democratas, previsto para Setembro, e outra que redigirá o projecto de estatutos da ANASD que estará presente no congresso.

Os 18 destacados membros do PSD presentes na reunião acordaram, segundo Pais de Sousa, que a Associação Nacional de Autarcas Sociais-Democratas «deverá ter órgão a nível nacional e distrital», assim como entenderam que a associação «deverá ser do tipo de marca e não de linha».

«A associação deverá ter um papel importante a desempenhar na formação de autarcas, nomeadamente de jovens autarcas, devendo ainda suscitar a colaboração com entidades nacionais e internacionais» —

acrescentou Pais de Sousa.

Os presentes na reunião formularam uma proposta de recomendação à Comissão Política Nacional do PSD para que, segundo revelou Pais de Sousa, «sejam oportunamente indicados autarcas que possam vir a constituir comissões de trabalho que o Ministério da Administração Inter-

na venha a criar, para efeitos de legislação autárquica ao abrigo de autorizações legislativas concedidas pelo Parlamento».

A propósito da criação da Associação Nacional de Municípios, Pais de Sousa disse que «enquanto a associação de autarcas do PSD é de pessoas a outra será criada por legislação a nível nacional».

A Comissão de Redacção dos Estatutos da ANASD ficou constituída por Fernando Amaral, Manuel Pe-

reira, Fernando Nogueira, Carlos Encarnação, Jorge Jacó e Barbosa de Melo.

A comissão que irá organizar o congresso de autarcas sociais-democratas é composta por Duarte Lima, Carlos Coelho, Torres Pereira, Machado Lourenço, Ribeiro Correia, Lalandia Ribeiro e Casimiro Pereira.

O Partido Social Democrata possui no Continente e Ilhas 20 000 autarcas, 5 000 dos quais são independentes.

A JSD NÃO PARTICIPA NO FESTIVAL DA PAZ

A Comissão Política Nacional da JSD decidiu abandonar a organização do festival «dêem uma Oportunidade à Paz» por considerar que esta já «Não é mais do que uma vulgar manifestação do PCP».

A decisão foi tomada durante a reunião da Comissão Política da Organização de Juventude do PSD.

A JSD justifica o abandono da organização do festival com a constatação de que este «se afastou dos seus objectivos iniciais» e que o PCP hegemonizou a organização para «confundir a mensagem da paz com uma mensagem antiocidental e antieuropeia». «Desde a tentativa de expulsar os membros da JSD da comissão organizadora, à suspensão da saída do jornal do festival, até à im-

posição do convite ao senhor Costa Gomes, personalidade ligada directamente às manobras pseudo-pacifistas da URSS na Europa Ocidental», são algumas das acusações dos jovens sociais-democratas aos organizadores do festival.

Um comunicado distribuído no final da reunião da CPN (que é transcrito na íntegra no Jovem Reformista) afirma, no entanto, que a JSD «manifesta a sua vontade de retomar todas as iniciativas que julgue apropriadas para a defesa dos ideais», da Paz, convidando para isso «todos os que neste processo manifestaram grande dignidade moral e política, independentemente da sua filiação ideológica».

A Comissão Política Nacional da JSD defendeu ainda o «lançamento de

um esquema de formação de jovens autarcas» e de uma associação de jovens autarcas sociais-democratas, no sentido de «incrementar a intervenção no mundo do Poder Local».

Além de sugerir ao Governo «a urgente nomeação de uma comissão encarregada de preparar o Ano Internacional da Juventude que decorrerá em 1985», a CPN da JSD, congratulou-se com a criação da comissão interministerial para a Juventude, manifestando a esperança de que «ela não seja apenas mais uma entre muitas comissões de Estado».

Durante a mesma reunião foi nomeada uma comissão para apresentar no próximo Conselho Nacional uma proposta de regulamentação da estrutura laboral da JSD.

Homenagem

a Sá Carneiro

O nascimento, há 49 anos, daquele que foi em Portugal um dos maiores expoentes do pensamento social democrata e o primeiro dos edificadores do PSD foi evocado por deliberação da Secção do Bonfim e da Comissão Política Distrital do Porto.

PÁGINA 2

Reuniões de âmbito Distrital

| | | |
|---|--------------------------|-----------------|
| Com membros da Comissão Política Nacional | | |
| Braga | Vítor Crespo | 29/VII às 21.30 |
| Com membros do Governo (políticas sectoriais) | | |
| Cadaval | J. Eugénio Nobre | 30/VII às 21.00 |
| Castelo Branco | Fernando Nogueira | 29/VII às 21.00 |
| Porto | J. Augusto Seabra | 29/VII às 21.30 |
| Setúbal | Álvaro Barreto | 29/VII às 21.30 |
| Viseu | Britaldo Rodrigues | 29/VII às 21.00 |

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES SOCIAIS-DEMOCRATAS

- A Comissão Organizadora do Congresso marcou os respectivos trabalhos para os dias 6, 7 e 8 de Janeiro de 1984

PÁGINA 8

COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reúne-se hoje a Comissão Permanente da Assembleia da República com a seguinte ordem de trabalhos:

- Deliberar sobre a convocação de uma reunião extraordinária do plenário para a eleição de representantes ou delegados a organizações nacionais ou estrangeiras;
- Diversos.



Europa “Ocidental” e Parceiros “Orientais”

António Rodrigues (*)

A presidência lituana da União Europeia fez um enfoque muito particular na “parceria oriental” enquanto estratégia de envolvimento de novos estados a leste.

A “Parceria Oriental” lançada em 2009 tem como objetivo criar um espaço de maior entendimento entre vários países da Europa do Leste Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia. Tal seria alcançado através de maiores facilidades em matéria de vistos, de comércio, de fornecimento de energia e asseguraria uma confortável situação de segurança e estabilidade na região.

Esta estratégia apresentou como uma forma de fortalecer as actuais fronteiras da União, em simultâneo, com a consolidação dos regimes políticos democráticos e o desenvolvimento dos novos países, após a desagregação da União Soviética.

Por força dessa alteração, novos estados poderão aderir à UE, a democracia irá expandir-se e novas oportunidades se apresentarão para o desenvolvimento económico e social desses países. Ao mesmo tempo que novos mercados se apresentam para o desenvolvimento comercial da Europa.

Contudo, este desafio não tem sido fácil de vencer. Por um lado, a Rússia não vê com bons olhos, a expansão comercial a leste dos países ocidentais e tem criado dificuldades quer a países quer à União Europeia. Por outro lado, os próprios países que têm uma cultura diferente, em termos sociais, culturais e políticos são confrontados com incompreensões e perspetivas distintas pelos países “ocidentais”.

Em simultâneo com este objetivo, a União negociou um Acordo de Associação com a Ucrânia, que parece por agora ter ficado comprometido. Tal resultou da intransigência das autoridades ucranianas em mostrar abertura relativamente à situação de políticos ucranianos que se encontram presos (onde se inclui a ex-Primeira-Ministra Iúlia Timochenko) com acusações de perseguição política.

A expansão estratégica a leste precisa de ser compreendida reciprocamente. A Europa não pode colocar-se num patamar de superioridade nos princípios e valores. Mas esta aposta suscita-nos uma reflexão: a Europa deve preocupar-se tanto a leste, como deve preocupar-se na sua própria consolidação a ocidente.

Não podemos olhar com sobrançeria para os países da parceria oriental. Mas não podemos deixar por resolver as dissensões no Reino Unido e as dificuldades dos países ainda em assistência técnica ou a sair dela.

O conceito de solidariedade exige uma Europa forte, coesa e tolerante. Alguém acredita numa União forte, sem os britânicos ou sem alguma dos países que foram aderindo ao longo das últimas décadas? Essa será a verdadeira conquista da Europa unida.

Isto exige um a mudança de atitude, de paradigma e principalmente de compreensão política dos protagonistas europeus.

Esta atitude exige dimensão política e uma nova declaração política europeia que ultrapasse a conjuntura.

A Europa exige a sua “magna Carta”.

(*) **Vice-Presidente Grupo Parlamentar do PSD**



Violência e fogo

João César das Neves (*)

Ultimamente fala-se muito de violência. Pessoas eminentes, sábias e respeitáveis, se não incitam, antevêm comportamentos populares de revolta e agressão. Estranhamente, apesar do muito que se afirma, quase não se ouve dizer que a violência é uma coisa muito má, sempre de repudiar. Considerando-nos um país civilizado e até democrático, espanta a naturalidade com que tantas luminárias consideram o uso de métodos bárbaros.

Como somos um país civilizado e democrático, são poucos os que prometem às claras atacar e agredir. Por enquanto, hipocritamente, os intelectuais limitam-se a prever atitudes alheias. Não serão eles a bater, mas as forças populares, ficando-se na dúvida se as apoiam, embora evidentemente as compreendam.

É claro que, perante a terrível pressão a que a sociedade portuguesa está sujeita, seriam sempre naturais reacções agressivas. Isso acontece em vários países da Europa, mas, surpreendentemente, muito pouco em Portugal, apesar de a retórica das elites o prever há anos. Provavelmente o nosso País é mais civilizado e democrático do que se julga, hipótese que os nossos intelectuais nunca colocam. No fundo, eles, que se consideram génios, sempre desprezaram o povo, mesmo quando o lisonjeiam.

Alguns especialistas tentam até abordar as razões para o paradoxo. Por que razão a violência, há tanto tempo prevista, ainda não se realizou? Como nunca colocam a hipótese de estar errados, deve haver causas estranhas para a paz social. Curiosamente, entre os motivos invocados não aparece o mais óbvio: que a violência nada resolve e só agrava. Com conflitos, a austeridade ficaria maior, não menor; a crise aumentaria, não diminuiria; a situação seria mais grave, não menos. É surpreendente que tantas eminências nunca tenham pensado nisto.

O motivo é que, realmente, a generalidade da população parece mais a par dos contornos da crise do que aqueles que falam nos media. Estes compreendem muito menos do que os cidadãos comuns. Uma comparação ajuda a perceber.

Portugal está como um prédio a arder. O incêndio é tão grande que foi preciso não só mobilizar os bombeiros locais, mas pedir aos vizinhos que nos enviem os seus carros-cisterna. Há três anos que se deita água no edifício para extinguir o fogo orçamental. Naturalmente que, face à enxurrada, os habitantes vêm à janela protestar por a água lhes estragar os apartamentos e dificultar a vida. Têm toda a razão. Haver mangueiras a encharcar uma casa é muito estúpido; a não ser que ela esteja a arder.

O povo entende bem a urgência, pois as labaredas do despesismo público ameaçam há muito toda a estrutura nacional. Mas a generalidade dos analistas nunca fala do incêndio, ou considera-o menor. O único mal do País parecem ser os estragos dos jactos de água na vida social, a qual, sem eles, parece que não teria sequer recessão. A austeridade é sempre vista como artificial, nociva, imposta do exterior, como se o fogo não existisse.

Os mais sofisticados admitem a catástrofe, mas argumentam que as mangueiras deviam ser dirigidas à base das chamas, não ao prédio. A austeridade era para cair naqueles que criaram o défice. Isso é enorme ilusão. Antes de se chamar os bombeiros, em 2011, os alarmes de incêndio tocaram durante muitos anos. Tantos que já ninguém lhes dava atenção. Por isso o fogo alastrou a todos os andares. Os pensionistas sabem que a segurança social é insustentável; os serviços públicos vivem com prejuízos há décadas; funcionários, professores, médicos estão bem conscientes dos excessos dos seus sistemas.

O problema português é claro e, após décadas de ilusões, as alternativas são poucas. Num prédio a arder é preciso apagar o fogo. Muito já se fez, mas o défice permanece. O rescaldo ainda tarda. A única surpresa é que pessoas eminentes, sábias e respeitáveis tenham tanta dificuldade em entender aquilo que o povo percebe facilmente. O que não espanta se notarmos que, em geral, os comentadores nunca produziram nada e raramente trabalharam. A vida deles nunca foi o País, mas a ilusão mediática.

(*) **Professor Universitário, Economista, Cronista ©DN**



Símbolos

Vasco Pulido Valente (*)

Toda a gente na minha geração se lembra do exacto momento em que soube do assassinato de Kennedy. No meu caso, estava num café à espera de um amigo, e, ao balcão, meia dúzia de cavalheiros com gravatas discutiam a notícia que a Emissora Nacional acabara de dar: ainda bem, diziam eles, que em Portugal não havia coisas dessas. Mas, para mim, foi um choque pessoal, como se o tivesse conhecido. Porquê? Não por razões políticas, com certeza (um assunto a que voltarei). Mas porque o homem, em 1963, representava a modernidade. Depois dos "velhos" que vinham da guerra e das suas disciplinas - Truman, o de Hiroxima e Nagasáqui, e Eisenhower, o da guerra da Coreia -, aparecia como o representante de um novo mundo, próspero e pacífico, sem a sufocação das regras que o século XX herdara do século XIX.

O sentimento foi tão geral que a Livraria Moraes, do António Alçada Baptista, editou logo dois livros sobre o Presidente morto: um ensaio biográfico e uma antologia de discursos, que traduzi (à pressa e mal) e a que juntei um prefácio ignorante e pretensioso. A revista O Tempo e o Modo, em que o João Bénard da Costa mandava, também resolveu fazer um número especial, por puro sentimento e pela suposição pateta de que o gesto incomodaria muito Salazar. Ainda por cima, as trapalhadas da investigação do assassinato - a direcção e a quantidade de tiros (dois, três, quatro, oito), a prisão de Oswald, um pobre-diabo a roçar o louco obsessivo, e a expeditiva liquidação de Oswald por um dono de um cabaré com ligações à Máfia - permitiam especulações sem fim e ajudavam a refulgir a nossa virtude democrática. A excitação nunca passou destas superficialidades, porque, fora o espectáculo, John F. Kennedy, infelizmente para ele e para o mundo, era um Presidente medíocre. Excepto o tratado com a URSS sobre a limitação de experiências nucleares na atmosfera, falhou persistentemente no resto. Autorizou a expedição à baía dos Porcos, uma aventura que fortaleceu Fidel. Na "cimeira" de Paris, querendo mostrar moderação, convenceu Khrutchev da sua fraqueza e provocou indirectamente a "crise dos mísseis". Não conseguiu que o Congresso passasse as leis contra a segregação e as leis sociais, que só depois Lyndon Johnson veio a impor. E, pior ainda, liquidou o Presidente do Vietname do Sul e inaugurou a presença militar americana numa região em que não havia nada a ganhar. Mas Jack e Jackie não deixaram por isso de ser um símbolo para os milhões que nasceram durante a guerra ou logo a seguir a ela: o símbolo da juventude e do poder.

(*) Professor Universitário, Historiador, ©Público

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alijó, para reunir, no próximo dia 07 de Dezembro de 2013 (Sábado), pelas 15h00, no Auditório da Escola Secundária de Alijó, sito na Avenida 25 de Abril em Alijó, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Análise da situação política;
 - 2 - Outros Assuntos.

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez, para reunir, no próximo dia 13 de Dezembro de 2013 (Sexta-feira), pelas 21h00, no Restaurante Alameda, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Análise da situação política
 - 2 - Outros Assuntos de interesse

BRAGA/ DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir, no próximo dia 09 de Dezembro de 2013, (segunda-feira) pelas 21h00, no Hotel Melia - Braga, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:
- Ponto único - Debate interno sobre os Fundos Comunitários do Quadro de Apoio 2014 - 2020

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lisboa, para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2013, (quarta-feira), pelas 21h00, na sede distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco, nº 3-B, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1.- Análise da situação política
 - 2.- Aprovação do relatório e contas de 2013

LISBOA AO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa / Área Oeste, para reunir no próximo dia 14 de Dezembro de 2013 (sábado), pelas 21h30, na sede sita na Rua 9 de Abril, nº1, 3º, Torres Vedras, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Próximo Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014-2020, com a presença de um membro do Governo e da CPN
 - 2 - Análise da situação política

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Odivelas para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2013, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na rua Alfredo Roque Gameiro, 11-c/v dta, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1.- Informações.
 - 2.- Análise da situação política.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 14 de Dezembro de 2013 (Sábado), pelas 15h00, na sede sita na Rua 1º de Dezembro, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Análise da situação política;

PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir, no próximo dia 13 de Dezembro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sala Ipanema do Hotel Ipanema Park, sito na Rua de Serralves, 124, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação do Quadro Comunitário de Apoio para o período de 2014-2020 - Estará presente o Dr. Miguel Poiães Maduro, Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional

SETUBAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 05 de Dezembro de 2013, (quinta-feira), pelas 21h00, no Hotel Novotel, sito na Rua Monte Belo, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1- Quadro Comunitário de Apoio para 2014 - 2020
 - 2 - Análise da situação político - partidária

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vale de Cambra, para reunir, no próximo dia 14 de Dezembro de 2013 (sábado), pelas 15h00m, na sede sita na Av. Camilo Tavares de Matos (edifício da Caixa Geral de Depósitos) nº 352 - 1º andar, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Análise da situação político-partidária
 - 2 - Balanço das Eleições Autárquicas 2013
 - 3 - O PSD em Vale de Cambra: passado, presente e futuro
 - 4 - Outros assuntos de interesse



RECTIFICAÇÃO

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco plenário da Concelhia de Coimbra, para o dia 20 de Dezembro, pelas 16:30, na sede do PSD Coimbra, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº16, Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia de Coimbra.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 17h00m e as 22 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente do Plenário ou a quem, estatutariamente, o substitua.

RECTIFICAÇÃO CONGRESSO REGIONAL DE SANTARÉM

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários Concelhios da JSD Santarém para reunir no próximo dia 27 de Dezembro, nos locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO – Eleição dos Delegados Regionais ao II Congresso Regional da JSD Santarém de 11 de Janeiro de 2014 em Santarém.

Nota:

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na referida sede, que para o efeito se encontrará aberta, ao respectivo Presidente da Mesa do Plenário Concelhia ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

Coruche – das 21h às 23h

Rua 25 de Abril - Quinta do Lago, 2100-016 Coruche

Abrantes – 21h às 23h

Rua de São Pedro n22, 1ªA, 2200-398, Abrantes

Almeirim – 21h às 23h

Rua Alexandre Herculano, nº19, 2080-056, Almeirim

Ferreira do Zêzere – 21h às 23h

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº20, 2240-909, Ferreira do Zêzere

Benavente – 21h às 23h

Praça Anselmo Xavier 13, 1., 2130 Benavente

Rio Maior – 21h às 23h

Av. Paulo VI, 102 - 1ºDto, 2040-325 Rio Maior

Torres Novas – 21h às 23h

Rua do Conde, n.º 8. 1º Andar, 2350-421 Torres Novas

Santarém – 21h às 23h

Calçada de Mem Ramirez, 10 – 1º andar, 2000-105 Santarém

Mação – 21h às 23h

Largo dos Bombeiros Voluntários nº8-A, 6120-728, Mação

Golegã – 21h às 23h

Rua D. Afonso Henriques nº53, 2150, Golegã

Chamusca – 21h às 23h

Rua direita de São Pedro nº119, 2140-098, Chamusca

Entroncamento – 21h às 23h

Rua Almirante Reis, nº 64, 2330-099 Entroncamento

Cartaxo – 21h às 23h

Rua Serpa Pinto nº 32, 1ºdto, 2070-116 Cartaxo

Vila Nova de Ourém – 21h às 23h

Rua Carlos Vaz Faria de Almeida, 31 - 1º Dto, 2494 - 909 OURÉM

Tomar – 21h às 23h

Rua da Fábrica da Fiação, 57-A Loja R/c Dto, 2300 - 465 TOMAR

Alcanena – das 21h às 23h

Av. Marquês de Pombal, n.º 282, 2380-014 Alcanena

Alpiarça – das 21h às 23h

Rua Pedro Álvares Cabral, n.º 158, 2090-135 Alpiarça

Salvaterra de Magos – das 21h às 23h

Rua Miguel Bombarda, n.º 18 – 1.º Esq., 2120-085 Salvaterra de Magos

Sardoal – das 21h às 23h

Rua Bívar Salgado, n.º 38, 2230-123 Sardoal

CONSELHO REGIONAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos, convoca-se o Conselho Regional de Lisboa para reunir dia 20 de Janeiro, pelas 21h, na Sede Distrital, sita na Praça S João Bosco, 3B, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1) Eleição dos delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD;

2) Informações;

3) Análise da situação política.

Nota:

- As listas devem ser entregues até às 0h do terceiro dia anterior à data das eleições ao Presidente do Conselho Regional ou a quem, estatutariamente, o possa substituir;

- As urnas estarão abertas entre as 21h e as 23h.

ODIVELAS

Ao abrigo da alínea e) do artigo 69.º, dos artigos 70.º, do n.º 2 do artigo 71.º, dos n.ºs 1 e 3 do artigo 118.º e no respeito do princípio consagrado no artigo 141.º, todos dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio Ordinário de Odivelas da JSD a reunir no dia 13 de Dezembro de 2013, pelas 21h15m, na Sede Concelhia de Odivelas do PSD e da JSD, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, n.º 11, cave direita, 2675-279 Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Informações;

2- Atividades para o próximo semestre;

3- Análise da Situação Política Nacional.